

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PROMOÇÃO E HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE: ESTUDO DE CASO DO PRESÍDIO REGIONAL DE MONTES CLAROS – MG

Fabiano Elias Nunes

Pós-graduando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, UNIMONTES fabianoenu-
nes@yahoo.com.br

Yara Maria Soares Costa da Silveira

Professora do Departamento de Geociências da UNIMONTES
yara.maria@gmail.com

Resumo

A Educação Ambiental (EA) tem autonomia suficiente, pelos seus pressupostos, de redefinir o tipo de cidadão que se queira formar e os novos espaços territoriais a serem construídos para a humanidade. Nota-se a necessidade de articular as propostas e os objetivos da EA, no que tange as práticas de ensino aprendizagem em seus diversos níveis e modalidades, formais e informais. É importante também conhecer as particularidades de cada espaço, respeitando sua identidade cultural, ética, socioeconômica de sua população. Diante desse exposto, o objetivo deste trabalho é conhecer as políticas de integração que são desenvolvidas dentro do Presídio Regional de Montes Claros - PRMC^{4***}, tomando como principal vertente a EA e compreender, como esses processos se articulam na humanização e promoção à saúde dos presos. A metodologia empregada foi pautada em uma discussão ampla em diversas referências teóricas de autores e pesquisadores imbuídos na Educação Ambiental, Território, Espaço Geográfico, na Promoção da Saúde e nos Sistemas Prisionais. Em seguida, foi elaborado um estudo de caso no PRMC, com visitas, onde os objetivos foram diagnosticados com maior afinco. A contribuição deste trabalho consiste em fortalecer as práticas da EA - ferramenta fundamental na elaboração de novos paradigmas entre sociedade e ambiente.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Humanização, Promoção à Saúde, Presídio.

Environmental Education In Humanization Of Health Promotion: Study Of Case From Montes Claros Regional Prison - Mg

Abstract

The environmental education (EE) has sufficient autonomy for its assumptions of redefine the type of citizen that it wants to build and the new territorial spaces to be build to the humanity. It is known about the necessity of articulate the proposes

⁴ *** As informações, dados e imagens apresentadas neste trabalho foram fornecidas e autorizadas pelo diretor de Atendimento e Ressocialização Renato de Aguiar Ribeiro.

and the objectives of EE when comes about the practices of teaching and learning in several levels and modalities, formal and informal. It is important to know the particularities of each space, respecting its cultural identity, ethical, social economical of its population. Facing this fact, the objective of this test is to know the political integrations that are developed inside Montes Claros Regional Prison – MCRP, taking as main side the EE and understand how this process interact with health and humanization promotion of the prisoners. The used methodology was based in a wide discussion in several theoretical references of authors and researches that are reference in EE, Territory, Geographic Space, Health Promotion in Prison Systems. Then, it was elaborated a study of case from MCRP, with visits, where the objectives were diagnosed with a deeper view. The contribution of this test consist in make stronger the EE practice – fundamental tool in elaboration of new paradigms between the society and environment.

Key words: Environmental Education, Humanization, Health Promotion, Jail.

A Educação Ambiental Na Promoção Da Saúde: Vertentes E Paradigmas

Em um âmbito global, nota-se atualmente uma maior atenção às diversas temáticas que permeiam suas discussões na Educação Ambiental (EA), fazendo dela uma vertente para assuntos como sustentabilidade, meio ambiente, qualidade de vida, economia, promoção da saúde, entre outras. As grandes Conferências Internacionais, principalmente as promovidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972; Meio Ambiente e Desenvolvimento – no Rio de Janeiro em 1992; Direitos Humanos – em Viena em 1993; Desenvolvimento Social – em Copenhague em 1995; Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade – em Thessaloniki em 1997 e demais, onde criaram um cenário propício e um terreno fértil para que os objetivos interdisciplinares da EA tenham um espaço atuante e interativo.

Por atuar de forma interdisciplinar, conforme afirma GUIMARAES (1995) a EA é orientada para a resolução de problemas locais. Seus objetivos favorecem uma análise crítica da realidade, valorizam ações comunitárias integrando seus agentes, além de modelarem conceitos, paradigmas e opiniões. VENDRUSCOLO (2001) entende que a EA transforma os valores e as atitudes dos cidadãos, visto que novos hábitos e conhecimentos são inseridos no ambiente, promovendo também uma conscientização que conecta os principais agentes do espaço geográfico: o ser humano, a sociedade e a natureza.

A Educação Ambiental tem autonomia suficiente, pelos seus pressupostos, de redefinir o tipo de cidadão que se queira formar e os novos espaços territoriais que se queira construir para a humanidade, em função do progresso racional que o ambiente caminha (MEDINA e SANTOS, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999, p.) define a EA como
“os processos por meio dos quais o individuo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências

voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Nesse contexto, observa-se a necessidade de articular as propostas e os objetivos da EA, no que tange as práticas de ensino aprendizagem em seus diversos níveis e modalidades, tanto formais como informais. É importante também conhecer as particularidades de cada espaço, respeitando sua identidade cultural, ética, socioeconômica e os valores morais atribuídos a sua população. A realidade prisional apresenta particularidades e a humanização e promoção da saúde possui características singulares tendo em vista o perfil da população inserida neste território e se define como o foco deste estudo. É perceptível, portanto, que a maneira como o ser humano se relaciona com o meio ambiente é determinante para a promoção de sua saúde e qualidade de vida.

Faz-se necessário compreender o conceito de território, visto que este estudo discutirá esta categoria na compreensão e análise das dinâmicas socioespaciais, a partir de uma dimensão mais humanista para a realidade dos complexos prisionais – *locum* de estudo aqui contextualizado. Para HAESBAERT (2006) o território apresenta três concepções distintas: a econômica, a política e a cultural. Uma nova leitura do território está no interior da concepção cultural que, segundo o mesmo autor, “[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é visto, sobretudo, como produto da apropriação / valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2006, p.40).

Nota-se, portanto, que o território é parte integrante deste espaço vivido. O conceito de Espaço envolve múltiplas arguições dentro das ciências geográficas. Alguns estudiosos dessa ciência como, David Harvey (1980), cogita o espaço sendo esse ao mesmo tempo, absoluto (com existência material), relativo (como relação entre objetos) e relacional (espaço que contém e que está contido nos objetos). O espaço na visão desse autor é vulnerável, transforma-se em um ou outro de acordo com as circunstâncias.

SUERTEGARAY (2001) em sua obra, apresenta recente concepção sobre o espaço geográfico em uma interação com os conceitos elaborados por Milton Santos (1982) que, para este “o espaço é acumulação desigual de tempos”. Em outras palavras, o espaço é herança, conseqüência e coexistência de tempos, que proporciona ritmos e tecnologias diferentes aos múltiplos lugares no sistema ou na rede mundial, correspondente ao processo de globalização.

Território é entendido por (MAIA e ALVES *et. al.*, 2009; SUERTEGARAY, 2001):

Território – “(...) o conceito de Território, tratamos o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação-apropriação. Historicamente, o território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir de relações de poder. Observa-se que, historicamente, a concepção de território associa-se a idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder. Para este autor”, territórios são no fundo relações sociais projetadas no espaço “. Por conseqüência, estes espaços concretos podem formarem-se ou dissolverem-se de modo muito rápido, podendo ter existência regular, porém periódica, podendo o substrato material permanecer o mesmo.” (SUERTEGARAY, 2001, p.).

Como já citado, as primeiras Conferências Internacionais da ONU tiveram um papel norteador para se criar uma jusante favorável às temáticas ambientais e conseqüentemente, saúde pública e saúde ambiental. As primeiras discussões sobre saúde vieram após a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

Em diversos países e especificamente no Brasil, as décadas seguintes instigaram a sociedade civil na criação de diversas Organizações Não-Governamentais - ONG's, que se estabeleceram pelo embalo das temáticas ambientais e acirraram mobilizações e reivindicações em vários setores sociais. A iniciativa privada, bem como a pública, sofreram transformações e adequações nas suas resoluções e parâmetros, influenciando até na Carta Magna de 1988. As instituições de modo geral, passaram a atuar de forma veemente frente às oscilações que o planeta passara a vivenciar. FURLANETO (2006, P. 39) acrescenta que

“Neste período, órgãos ambientais tiveram sua capacidade fortalecida com a criação do Centro de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, na Fundação Oswaldo Cruz, e as organizações governamentais estaduais do meio ambiente. No Sistema de Saúde, a Divisão Nacional de Ecologia Humana e Saúde Ambiental foram vinculadas à Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde e das Coordenações de Saúde Ambiental nos Estados. Neste período, as primeiras conferências nacionais sobre Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental foram realizadas e os resultados foram apresentados na Constituição de 1988”.

O marco nas questões ambientais e sua promoção à saúde aconteceram de fato com a elaboração da Agenda 21 (Frank *et.al.*, 2000; Macnaghten, 1998). FURLANETO (2006) discorre que o documento oficial da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Agenda 21, identificou a *saúde ambiental como prioridade social para a promoção da saúde*. Esse documento tange reflexões que conectam os problemas ambientais e de saúde, contextualizando-os a Saúde Coletiva. Em alguns trechos são apresentadas propostas ligadas às dimensões sociais e econômicas, o que fortalece a afirmativa que, é a saúde ambiental prioridade social para a promoção da saúde.

Para promover a Saúde e principalmente a Saúde Coletiva, deve-se compreender e articular uma série de valores, que Andrade e Barreto (2002) os pontuam como: *vida, saúde, solidariedade, eqüidade, democracia, cidadania, participação, parceria, desenvolvimento, justiça social, revalorização ética da vida*. Esses valores necessitam, portanto, de uma eficiente estratégia que envolve os mais variados setores sociais, ou seja, a sociedade civil e principalmente o Estado que age com suas políticas intersectoriais na educação, saúde, moradia, segurança pública, etc. É importante ressaltar que os agentes promotores destas ações decorrem da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

A promoção da saúde, além de seu conceito fundamental que reside na idéia de ausência de doença, produz como conseqüência

um processo de entendimento dos processos que propiciam aos seres

humanos em seus vários níveis de existência e organização (pessoal, familiar e comunitário) atingir certos objetivos, realizações ou ciclos de vida virtuosos embutidos na cultura e nos valores das sociedades e seus vários grupos sociais. Possui, assim, uma dimensão ética, social e cultural irreduzível, sendo objeto de negociação e luta permanente dentro da sociedade, dependendo de como os valores, interesses e conflitos se relacionam dentro das estruturas de poder existentes (PORTO, 2002, p. 128).

As questões ambientais vinculadas à promoção da Saúde, tanto individual como coletiva, encontraram forte respaldo também na I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em 1986, pela Organização Mundial de Saúde – OMS em Ottawa, Canadá. Como produto desta conferência, surge a Carta de Ottawa, que estabelece diretrizes para as populações gerirem políticas que assegurem controle sobre suas vidas, pela promoção da saúde (FERRAZ, 1999, p. 26).

Seguindo o contexto histórico, a promoção da saúde recebe visibilidade importante no Brasil com a elaboração da Lei Orgânica de Saúde (Lei 8.080/1990). Essa Lei dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços que correspondem aos seus objetivos, além de estabelecer qual o papel no processo administrativo e assistencial dos municípios, estados e federação (CENEPI, 1993, p. 10).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) trazem também uma breve abordagem sobre o tema. Neles está imbuída a idéia de que a promoção da saúde se faz através da educação, da aquisição de hábitos saudáveis aplicados cotidianamente, do desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais e da produção de um ambiente saudável. Desenvolver suas propostas metodologicamente e paulatinamente contribui para maior eficácia de todas as ações que a sociedade necessita para uma melhor qualidade de vida e condições de saúde mais humanas.

No que tange a maioria das unidades prisionais brasileiras, ligadas a Defesa Social, a realidade é preocupante e merece uma sensível análise deste território. É fácil diagnosticar que nas unidades carcerárias um dos seus maiores problemas seja o elevado contingente populacional que é confinado em ambientes frios, escuros, pouco arejado e muito propício à proliferação de doenças. Dessas, destaca-se as dermatoses, tuberculoses e principalmente as doenças sexualmente transmissíveis. De acordo com o Clipping de notícias do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde

“(...) mesmo com alguns avanços, as unidades prisionais ainda são foco de doenças infectocontagiosas. As dermatoses (doenças de pele), tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis são as enfermidades que mais acometem os internos, além das hepatites virais”. (BRASIL, 2012)

Nos últimos anos percebe-se no Brasil uma preocupação e uma atenção à drástica

realidade vivida pela sua população carcerária, que em alguns locais enfrentam até condições subumanas. O início da década de 1990, especificamente em Junho de 1991 e Janeiro de 1994, implantou-se no Brasil respectivamente o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e as primeiras equipes de Saúde da Família, incorporando e ampliando a atuação dos agentes comunitários (NASCIMENTO, LEMOS e SAPUCAIA, 2004). Contudo a atuação do PACS e de seus agentes não assistia a comunidade prisional.

Aproximadamente uma década seguinte, em setembro de 2003, a Portaria Interministerial no 1.777, do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde (BRASIL, 2003), cria o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Legalmente, este documento tem como objetivo promover a atenção integral à saúde da população confinada em unidades prisionais masculinas e femininas, além das unidades prisionais psiquiátricas.

O objetivo do trabalho é conhecer as políticas de integração que são desenvolvidas dentro do complexo prisional Regional de Montes Claros - PRMC, compreendendo os processos que articulam sua humanização e promoção da saúde. A maneira como o ser humano se relaciona com o meio ambiente é determinante para a promoção de sua saúde e qualidade de vida. Nesse processo observa-se a atuação de múltiplos profissionais que atuam ali de modo interdisciplinar e transdisciplinar.

A metodologia empregada foi pautada em uma discussão ampla em diversas referências teóricas de autores e pesquisadores imbuídos na Educação Ambiental, no Território e Espaço geográfico, na Promoção da Saúde e nos Sistemas Prisionais. Posteriormente, foi realizado um estudo de caso no Presídio Regional de Montes Claros – PRMC, com visitas ao local, onde todos os objetivos propostos foram diagnosticados com maior afinco.

Humanização E Promoção Da Saúde No Presídio Regional De Montes Claros

Montes Claros é a principal cidade do Norte de Minas Gerais, e destaca-se como pólo integrador da região, além de possuir o segundo entroncamento rodoviário do país. Sua localização precisa esta na lat. 16° 44' 06 "S e lon. 43° 51' 43" O. Cidade de porte médio em ascensão, conta com uma população de 361 971 habitantes, conforme dados do IBGE/2010. Possui uma área de 97Km², com clima tropical semi-úmido e uma vegetação que faz parte do complexo vegetal do Cerrado. Seus principais rios são Vieira e Cedro e esta situada na Bacia do Rio São Francisco.

Mesmo com um significativo índice de pobreza e acentuada desigualdade social, a cidade de Montes Claros apresenta uma economia diversificada. Possui um comércio intensivo que gera emprego e desenvolvimento para a cidade, grande vocação agropecuária, um parque industrial que abrande importantes empresas de diferentes linhas de produção como a COTEMINAS, na indústria têxtil, VALEE e Novo Nordisk, na indústria química, e inúmeras outras empresas que estão em fase de implantação como a FIAT e HAVAIANAS.

Atualmente, a cidade tem sido referência como pólo universitário possuindo importantes instituições de ensino como a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTE, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdades de Ciência e Tecnologia - FACIT, Faculdades Pitágoras – FIP-MOC, Faculdades Santo Agostinho - FASA, Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, etc. Isto faz com que a prestação de serviços em si, se qualifique, e contribui para o crescimento da cidade.

Como quase todas as cidades médias brasileiras, uma das questões sociais de maior evidência em Montes Claros está diretamente ligada à segurança pública. Segundo dados da Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, entre 2003 e 2008, o Governo de Minas investiu na área de segurança pública de Montes Claros cerca de trinta milhões de reais. Os investimentos assistiram a compra de equipamentos, armamentos, viaturas para as polícias, além da reforma e construção de unidades prisionais e um centro socioeducativo. Apenas em 2008, os recursos destinados ao setor foram de aproximadamente onze milhões de reais.

O Presídio Regional de Montes Claros – PRMC, vinculado a Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, surge nesse íterim, fortalecendo as medidas inerentes à segurança pública da cidade. A Unidade foi inaugurada em novembro de 2007, na gestão do então governador do estado Aécio Neves, no bairro Jaraguá II, região nordeste da cidade de Montes Claros, com uma área total de aproximadamente 40.000 m²



Figura 01: Localização do PRMC na região NE da cidade de Montes Claros – MG.
Fonte: Diretoria Operacional. Ano: 2012.

Nessa área foram construídos 08 pavilhões que correspondem a um total de 87 celas (07 pavilhões com 10 celas e 01 pavilhão com 17 celas). O presídio alberga exclusivamente presos do sexo masculino e sua capacidade total é de 592 vagas. Porém, a

superlotação, realidade em quase todas as unidades prisionais brasileiras, é um grave problema enfrentado no local. Para ter ideia da gravidade do problema, no dia 11 de abril deste ano, sua população correspondia a 938 detentos, chegando a um índice de superlotação de 58% acima de sua capacidade. É importante salientar que o grau de rotatividade é muito grande no PRMC, o que varia diariamente os dados referentes a esta população, mas certo é, que a superlotação é fator típico do local.

Ainda no que tange a sua caracterização física, o PRMC possui ainda um Núcleo de Saúde, horta, canil, almoxarifado e unidade administrativa. A unidade está dividida em 04 diretorias, correspondendo a uma diretoria Geral, diretoria Administrativa, diretoria Operacional de Segurança e diretoria Operacional de Atendimento ao Preso

O funcionamento do PRMC é de caráter misto, ou seja, abriga presos em regime fechado, aberto e semiaberto. De acordo com o Art. 33 do Código Penal Brasileiro considera-se Regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média; Regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar e Regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

O quadro funcional da Unidade, além dos seus diretores, corresponde a: 180 agentes penitenciários, divididos em turnos alternados e ininterruptos, 05 advogados, 05 assistentes sociais, 02 psicólogos, 02 enfermeiros, 07 técnicos em enfermagem, 01 médico cedido atualmente pela Prefeitura da cidade, 01 pedagoga e um gerente de produção.

Praticamente todas as medidas e projetos de humanização e promoção à saúde, tanto individual como coletiva, são identificadas na diretoria Operacional de Atendimento ao Preso, coordenada pelo diretor de Atendimento e Ressocialização Renato de Aguiar Ribeiro. Essa diretoria subdivide-se em 05 núcleos, sendo estes: núcleo de saúde, núcleo psicossocial, núcleo jurídico, núcleo educacional e núcleo de trabalho e produção.

A Educação Ambiental por ser multidisciplinar tem como seu âmago, a atuação e/ou interação com diversos outros setores. É perceptível como há uma sintonia interdisciplinar dentro do PRMC. Vários profissionais, não apenas os ligados a área da saúde, mas outras áreas desenvolvem inúmeros projetos de veemente importância no local.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é um projeto de grande destaque ali desenvolvido. Em parceria com a Secretaria Estadual de Educação – SEE-MG é oferecida a 39 detentos esta modalidade de ensino. Todas as etapas do EJA (1º, 2º e 3º) são ofertadas em um espaço próprio, equipado com carteiras, prateleiras, TV e livros doados pela sociedade civil. Além da pedagoga ligada à unidade, outros dois profissionais de educação (disponibilizados pela SEE-MG) atuam diretamente no local. Ressalta-se que há interesse e demanda de novos alunos, porém as instalações físicas limitam o projeto, além da carência de recursos.

Outro projeto de humanização e ressocialização é desenvolvido na horta da unidade. A implantação desta horta se deu com suporte técnico da Empresa de Assistência

Técnica e Extensão Rural - EMATER e do Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Toda a produção de legumes e hortaliças produzidas ali é direcionada ao abastecimento interno e a produção excedente é doada as famílias dos presos durante as visitas.



Figura 02: Atividades realizadas na Horta do PRMC, pelos detentos. Técnicas e processamento.
Fonte: Diretoria Operacional. Ano: 2012.

No presídio foi criado uma Comissão Técnica de Classificação – CTC. Uma equipe multiprofissional compõe essa comissão que cria uma espécie de triagem, seleção dos presos, através do perfil comportamental, emocional e psicológico de cada um. Só a partir dessa triagem é que os presos são encaminhados aos projetos e trabalhos desenvolvidos. São observados e respeitados as aptidões profissionais, proatividade, disciplina e interesse dos presos.

A sociedade civil se mobiliza e participa de forma direta em algumas atividades desenvolvidas. Ainda com intuito de ressocialização e humanização, há no PRMC 03 empresas privadas: uma padaria, uma empresa de blocos e uma cozinha terceirizada. Todos os presos que trabalham nessas unidades decorrem da CTC. Parte da produção da padaria é destinada ao abastecimento interno e sua grande maioria é comercializada na cidade, nos estabelecimentos da empresa. A cozinha que presta serviço ao local, além da contratação de alguns detentos, compra da própria horta do presídio os legumes e hortaliças.

Uma medida sócio-ambiental desenvolvida no presídio é a coleta seletiva de todo lixo produzido. O material é separado em seus respectivos compartimentos e duas empresas privadas recolhem o lixo. Uma empresa atua especificamente com a coleta do lixo “hospitalar”, ou seja, os resíduos produzidos dentro do Núcleo de saúde. A outra empresa encaminha o lixo comum à reciclagem. No que tange ainda a coleta seletiva, o diretor de Atendimento e Ressocialização, criou e patenteou um importante projeto de cunho sócio-ambiental, o “Reciclagem de Insumos”, que ainda não foi implantado por limitações financeiras. O objetivo do projeto é aperfeiçoar a coleta seletiva, utilizando os resíduos orgânicos para produção de rações animais (porcos, galinhas e cães) e remeter todo lucro na manutenção da unidade prisional.

As políticas e ações referentes à promoção da saúde têm um papel relevante no PRMC. O Núcleo de Saúde comporta profissionais de variadas especializações que atuam com o objetivo de humanizar este espaço e proporcionar qualidade de vida a cada detento. Os atendimentos ofertados pelo núcleo são: odontológico, psicológico, assistência social e clínico geral. Nessa equipe atuam 02 profissionais de saúde bucal, 02 psicólogos, 05 assistentes sociais, 01 médico, 02 enfermeiros e 07 técnicos em enfermagem.



Figura 03: Atividades desenvolvidas pela equipe de saúde do PRMC.
Fonte: Diretoria Operacional. Ano: 2012.

No Núcleo de Saúde, os atendimentos odontológicos, enfermagem e clínico geral, acontecem de forma espontânea, ou seja, estão condicionados a demanda e necessidade diária. Ao contrário, todos os acompanhamentos psicológicos e de assistência social são previamente agendados, priorizando os casos de maior necessidade. O atendimento acontece de segunda a sexta no período de 7h às 17hs.

Mesmo com uma infraestrutura adequada e com um significativo suporte técnico operacional, os atendimentos ficam aquém de algumas intervenções médicas. Depen-

dendo da gravidade e particularidade, os presos são deslocados do presídio para unidades de saúde da cidade, capazes de fornecer aos mesmos, atendimento médico que supra sua necessidade.

Como já citado, é fácil diagnosticar que nas unidades carcerárias um dos seus maiores problemas seja o elevado contingente populacional que é confinado em ambientes frios, escuros, pouco arejado e muito propício à proliferação de doenças. As doenças mais comuns diagnosticadas dentro do PRMC são as dermatoses, tuberculoses, doenças respiratórias, problemas estomacais e as doenças sexualmente transmissíveis. Grande parte dessas enfermidades é proliferada de um detento para o outro, principalmente pelo confinamento e as condições físico-biológicas das celas.

Reconhecendo os visionários projetos de humanização e promoção à saúde desenvolvidos, o PRMG ganhou importantes prêmios. O II Seminário Internacional de Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social deu a esta Unidade o primeiro lugar na categoria de gestão e humanização, onde 137 outras instituições concorriam. Outro importante prêmio recebido foi o reconhecimento da “Qualidade da Assistência Jurídica”, que reforça a importância das políticas de ressocialização vividas nesse espaço.

Segundo relatos do diretor de Atendimento e Ressocialização Renato de Aguiar Ribeiro, todas as políticas e ações desenvolvidas no local, tanto nos projetos de humanização como nos projetos de promoção à saúde, tem proporcionado melhor qualidade de vida aos presos inseridos nesta unidade. É evidente, que o fato de ter a liberdade condicionada e restrita, nunca proporcionará uma plena satisfação e bem estar. Mas é perceptível que todos os projetos desenvolvidos têm contribuído para minimizar a ociosidade, as tensões emocionais, a baixa autoestima, os conflitos e rivalidades, entre outras características. Ainda segundo Ribeiro, no início do funcionamento do presídio eram registradas por dia, uma média de cinquenta comunicações de indisciplina, sendo registradas atualmente, em média, cinco ou nenhuma, por dia.

Considerações Finais

A Educação Ambiental, que consiste na criação de novos paradigmas e comportamentos, busca elaborar uma perspectiva interdisciplinar para compreender de forma mais consciente, as questões que afetam as relações entre os grupos humanos (coletivos) e seu ambiente. Essa compreensão se dá, não apenas na sua análise e observação, mas em intervenções precisas, acionando diversas áreas do conhecimento e diferentes saberes, especificamente a saúde neste estudo, valorizando a diversidade dos diferentes territórios e espaços, além de favorecer uma melhor compreensão e manejo do ambiente.

Nesse sentido, as práticas de humanização e promoção à saúde dentro do PRMC, perpassam pelos planos pedagógicos da EA, pois esses, indagam as pertencas disciplinares e os territórios de saber e poder já estabilizados, gerenciando com isso, alterações intensas no horizonte das concepções e práticas. Nota-se no espaço estudado, como há uma intrínseca harmonia nas relações ali estabelecidas, decorrentes dos

projetos de ressocialização e principalmente promoção à saúde. A Educação Ambiental tem produzido pontos de equilíbrio e estabelecido novas relações de reciprocidade entre as necessidades sociais (população carcerária) e ambientais (unidade prisional).

Referências

ANDRADE L. O. M. e BARRETO I. C. H. C. **Promoção da saúde e cidades/municípios saudáveis: propostas de articulação entre saúde e ambiente.** In: **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós.** Minayo, M.C.S. e Miranda, C. A. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 28 de Abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília, 1999.

_____. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.** Art. 33. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Justiça e Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº1.777 de 9 de setembro de 2003.** Disponível em: <http://www.mj.gov.br/Depen/PDF/Portaria%20Interministerial%201777.pdf>. Acesso em 06 de Abril de 2012.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC / SEF, 1997.

CENTRO EDUCACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA – CENEPI/FNS/MS. **Informe epidemiológico do SUS.** Brasília – DF. Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde. Ano II. Julho, 1993.

FERRAZ, S. T. **Cidades saudáveis: uma urbanidade para 2000.** Brasília: Paralelo 15, 1999.

FRANK D.J., HIRONAKA A. EVAN S. **Environmentalism as a global institution.** Am. Sociol. Rev. 2000; 65:122-7.

FURLANETO, C. J. **Saúde Ambiental e Promoção em Saúde.** Caderno de Pesquisa em Ciências da Saúde. Volume 1, Número 1, 1º semestre 2006. Pag. 38 a 42.

GUIMARAES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papirus, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MACNAGHTEN P.; URRY J. **Contested natures.** London: Sage Publications; 1998.

MAIA, A. C. ALVES, F. D. **Categorias e epistemologia: Reflexões teórico-metodológicas na ciência geográfica.** In: **V Encontro de Grupos de Pesquisa**, no prelo, 2009a.

MEDINA, N. M. SANTOS, E. C. **Educação Ambiental – uma metodologia participativa de formação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A. M. B.; LEMOS, A. L.; SAPUCAIA, S. B. **Unidades de programa de saúde penitenciária: humanização e saúde para a população prisional na Bahia.** Anais do I Congresso Nacional da Abdeh – IV Seminário De Engenharia Clínica – 2004.

PORTO, M. F. S. **Entre a saúde e a vulnerabilidade: em busca de uma abordagem ecossocial em problemas de saúde e ambiente** In: PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. (Org.). **Problemas ambientais e vulnerabilidade: abordagens integradoras para o campo da Saúde Pública.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 125-134.

PRESÍDIOS SÃO FOCOS DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS. Clipping de notícias do Departamento De Dst, Aids E Hepatites Virais Do Ms. Disponível em

< <http://www.aids.gov.br/> >. Acesso em 05 de Abril de 2012.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1980.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço geográfico uno e múltiplo.** *Scripta Nova*, nº 93, 15 de julho de 2001 (<http://www.ub.es/geocrit/sn-93.htm>).

VENDRUSCOLO, A. E. P.; FURLAN, S. A.; BALDIN, N. **O papel da educação ambiental na promoção da saúde na comunidade de Três Rios do Norte.** *Revista Saúde e Ambiente – Health and Environment Journal*, — Vol.2 – N.1/2 – Novembro, 2001.

Sites

A humanização por trás do sistema prisional. Minas Editora. Disponível em www.minaseditora.com.br. Acesso em 06 de Abril de 2012.

Montes Claros realiza seminário regional de Segurança Pública. Secretaria de Estado e Defesa Social. Banco de Notícias. Disponível em www.seds.mg.gov.br. Acesso em 10 de Abril de 2012.